

6-E-13

56

Soluções do P-III-4 (Mo) Monografia

-A ESSÊNCIA DA GUERRA-

FERNANDO AFONSO WANDERLEY PRISCO  
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)



MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1992

MM - ECK  
BIBLIOTECA  
04/03/1983  
3.465

GN-00010135-1

A ASSUNTO DE GUERRA

FERNANDO AZORBU WANDERLEY PRISCO  
Capitão-de-Mor e-Guerra (EM)

MINISTERIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1982

**Prezado Leitor**

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

TEMA: A ESSÊNCIA DA GUERRA.

Pontos a abordar: As relações entre a Política e a Guerra segundo Clausewitz;  
Diplomacia e Estratégia: a arte de convencer e arte de impor - aspectos complementares;  
Guerra Absoluta e Guerra Naval: os objetivos da guerra e os objetivos de guerra, o problema dos meios, o elemento psicológico na guerra;  
Os valores éticos na formulação dos objetivos políticos da guerra: o problema dos fins e dos meios; e  
Contribuição para um conceito político-estratégico nacional.

PROPOSIÇÃO: Interpretar as relações entre a política e a guerra estabelecidas por Clausewitz. Avaliar o papel das Forças Armadas quanto aos aspectos complementares da diplomacia e da estratégia. Analisar as influências do caráter absoluto da guerra na estratégia. Avaliar o problema dos fins e dos meios na formulação dos objetivos políticos. Contribuir para um conceito político-estratégico nacional.

## ÍNDICE

	Folha
Introdução .....	V
CAPÍTULO 1 - AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA	1
O pensamento de Clausewitz.....	1
Instrumento da política.....	1
A condução da guerra.....	2
CAPÍTULO 2 - DIPLOMACIA E ESTRATÉGIA.....	6
A arte de convencer e a arte de impor..	6
Especificando a política.....	7
O papel das forças armadas.....	8
CAPÍTULO 3 - GUERRA ABSOLUTA E GUERRA REAL.....	12
A influência de Napoleão.....	12
O caráter absoluto da guerra.....	14
Objetivos da guerra.....	16
Objetivos de guerra.....	19
O problema dos meios.....	20
O elemento psicológico.....	23
Guerra absoluta: interpretação e influ- ência.....	25
CAPÍTULO 4 - OBJETIVOS POLÍTICOS DA GUERRA.....	33
A ética e o poder.....	33
Os fins justificando os meios.....	34
A questão da intervenção.....	36
CAPÍTULO 5 - EM BUSCA DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL....	39
A conjuntura internacional.....	39
Em busca de uma estratégia.....	42

Em busca de uma moral.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

## INTRODUÇÃO

A atual conjuntura mundial tem induzido muitos brasileiros a crer que as guerras foram finalmente abolidas da face do planeta. No entanto, têm sido uma constante em todas as grandes civilizações das quais temos provas históricas.

Um estudo sobre a essência da guerra, as relações entre guerra e política, e os objetivos políticos de guerras futuras, é de grande importância para que possamos enfrentar o desafio de conceber conceitos político-estratégicos neste final de século.

As relações internacionais apresentam, nos dias atuais, a mesma natureza selvagem dos tempos primitivos. Continua valendo a lei do mais forte nas questões entre as nações. Seus dois instrumentos: a diplomacia e a estratégia, apoiando-se mutuamente, permanecem sendo o processo de concretização da política exterior.

Assim sendo, um conceito político-estratégico para o Brasil, neste fim de século, deve levar em consideração a natureza da guerra que tem prevalecido desde Napoleão, e que Clausewitz soube muito bem apresentá-la, na forma de teoria, denominando-a guerra absoluta, na qual o elemento psicológico desempenha um papel decisivo.

Os objetivos políticos das guerras modernas necessitam, mais do que nunca, de valores éticos, para que possam contar com as forças morais na mobilização da população.

Na atual década, consolidam-se novos valores éticos para a guerra, os quais podem, a qualquer momento, justificar intervenções dos países desenvolvidos em regiões estratégicas situadas no terceiro mundo.

Este trabalho pretende apresentar algumas contribuições para uma política estratégica nacional, e sua elaboração baseou-se:

- Nas relações entre a política e a guerra;
- Na influência da guerra absoluta na estratégia;
- Nos valores éticos dos objetivos políticos nos tempos atuais; e
- Na importância das forças morais na guerra moderna.

## CAPÍTULO 1

### AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA

O pensamento de Clausewitz - As grandes mudanças ocorridas na Europa, no fim do século XVIII, despertaram o sentimento de que as guerras eram travadas por objetivos políticos. Carl Von Clausewitz, intitulado: "o filósofo da guerra", desenvolveu uma análise profunda da relação guerra-política. Sua obra: "Da Guerra", tem validade até nossos dias, servindo como estímulo e orientação para os posteriores estudos da arte da guerra.

Faleceu em 1831 sem poder terminar sua obra, que foi lançada no ano seguinte pela viúva. As anotações foram iniciadas em 1816 e cobrem um período de profundas modificações na Europa, principalmente no campo militar.

Sua célebre frase: "a guerra é uma simples continuação da política por outros meios" (6:87), caracteriza o tipo de relação entre ambas e a natureza da guerra: um ato político. Clausewitz, porém, não a considera só um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, a sua realização por outros meios.

Instrumento da política - Quando considerou a guerra como um instrumento da política, Clausewitz quis caracterizar, de modo insofismável, as relações política-guerra. Ao se entender a segunda como continuação da primeira, poder-se-ia deduzir que a política cessaria para dar lugar à

guerra, com suas leis próprias e sua condução específica. No entanto, a guerra é apenas um instrumento, em realidade, um dos recursos a que podem recorrer as relações políticas e que "jamais poderá ser qualquer coisa independente" (6:737).

A política dispõe de outros meios ou instrumentos conforme veremos no capítulo seguinte (diplomacia). Ela é o fim e os demais instrumentos o meio. Conseqüentemente, a guerra, como um dos meios, jamais poderá ser realizada independente do fim: a intenção política (6:88).

Clausewitz registra insistentemente, no decorrer de toda a sua obra, a guerra como instrumento para alcançarse um objetivo de inspiração política, nunca empreendida por si própria, ou seja: a guerra pela guerra. Todos os esforços serão direcionados para o fim político. Tanto a tática como a estratégia deverão ser concebidas a partir deste propósito. Somente alterações de ordem política é que provocarão mudanças no planejamento e execução da estratégia. Com esses conceitos, facilmente se deduz que a ela caberá a condução da guerra, ou seja, o seu comando supremo.

A condução da guerra - Quando trata do plano de guerra, Clausewitz estabelece de forma evidente, a subordinação do ponto de vista militar ao político (6:739), reafirmando que as guerras nada mais são do que uma manifestação da própria política.

No que diz respeito à relação entre política e guerra,

Clausewitz não foi contestado. Todavia, quando hierarquizou, causou polêmica. Nem todos aceitaram a condução da guerra pelos políticos, em quem não reconheciam competência para tanto. Evidentemente que essa opinião partiu, em sua maioria, de militares. Na Inglaterra foi criada uma frase muito conhecida que diz: "a guerra é um empreendimento muito sério para ficar nas mãos dos militares". Estes em revide afirmaram que "a guerra é muito complicada para ser conduzida por políticos inexperientes" (7:44).

Luis Cano Hevia pareceu-nos interpretar bem a causa da discussão, quando disse que a guerra é o próprio conflito e não um meio para resolvê-lo. Aqueles que não aceitam a sua condução pela política, confundem o fenômeno guerra com a execução militar, que é apenas uma componente do todo (8:45).

Os derrotados na guerra, freqüentemente, tornam a levantar a questão. Os militares americanos citam sempre a nefasta influência da política na guerra do Vietnã. Clausewitz explicaria facilmente que não foi culpa da influência, mas da própria política. Quando esta for correta, a sua influência será benéfica.

Um exemplo histórico em que houve um conflito bem nítido entre a condução política e a militar, ocorreu cem anos após Clausewitz ter iniciado a sua obra. Por ironia do destino, passou-se na própria Alemanha, onde seus conceitos foram primeiro absorvidos e com grande intensidade. Na Primeira Guerra Mundial, o general Ludendorff, Chefe do Estado-Maior Geral do Exército alemão, foi pouco a pouco

aumentando o seu poder na direção política da guerra, acabando por acumulá-la com a direção militar. Foi na condição de virtual ditador militar da Alemanha, que influiu decisivamente para que o "Kaiser" determinasse o início da guerra submarina irrestrita, contrariando a opinião da chancelaria que temia, como consequência, a entrada dos Estados Unidos na guerra, o que acabou ocorrendo e foi fator decisivo para a derrota alemã.

Contemporâneo de Clausewitz, Jomini também reconhece a relação política-guerra e, com ampla experiência e conhecimento de causa na arte da guerra, foi bastante enfático quando afirmou: "ser o estadista que conclui se uma guerra é conveniente, oportuna, ou mesmo indispensável e ainda determina as várias operações necessárias para atingir o seu objetivo final" (10:49).

Grande crítico de Clausewitz, mas que concordou plenamente quanto à subordinação da guerra à política, Liddel Hart definiu claramente que o objetivo militar é apenas um meio de atingir um fim político e que este último governará o primeiro. Afirmou ainda, de modo categórico, que qualquer estudo sobre o problema deve iniciar e terminar no campo político (7:425).

Raymond Aron reconhece a guerra como: "um ato político, que surge de uma situação política e resulta de uma razão apolítica" (1:59).

Clausewitz não nos deixa dúvidas quanto ao acerto da sua concepção. As relações por ele estabelecidas estarão sempre corretas, qualquer que seja o resultado da guerra,

pois este depende é da qualidade dos homens que estão na direção, tanto política quanto militar.

O acúmulo das funções também nos parece prejudicial. Ludendorff errou, na primeira guerra mundial, ao enfeixar nas mãos ambas as funções, pois inverteu a hierarquia e subordinou a política à guerra. Hitler, pouco mais de vinte anos depois, percorreu o mesmo caminho no sentido inverso, assumindo a execução da guerra, para o que não tinha competência. Ambos foram derrotados.

## CAPÍTULO 2

### DIPLOMACIA E ESTRATÉGIA

A arte de convencer e a arte de impor - Face ao disseminado emprego da palavra estratégia em todos os campos da atividade humana, torna-se necessário esclarecer que iremos aqui utilizá-la com o seu significado clássico, muito bem definido por Raymond Aron como: "o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares" (1:60). Quanto à diplomacia, será tratada como a ciência por meio da qual os estados relacionam-se entre si.

Vimos pela definição de Clausewitz que a guerra é um instrumento da política. Todavia, antes de lançar mão da guerra, as nações utilizam a diplomacia como meio de alcançar os seus objetivos nacionais.

Assim sendo, os Estados dispõem de dois canais distintos de comunicação entre si, por meio dos quais buscam empreender a sua política, ou seja: dois instrumentos destinados ao mesmo fim utilizando métodos diferentes, mas, como todo meio, subordinados ao fim.

Os estados estão continuamente defendendo seus interesses nacionais. Nos tempos de paz empregam a diplomacia como meio para alcançá-los: é a arte de convencer. Quando travam a guerra, usam a estratégia para vencer, é a arte de impor (1:60).

A diplomacia e a estratégia apresentam aspectos complementares pois, embora predomine no período de paz, a

diplomacia utiliza-se da arte de impor, principalmente quando ocorrem crises, fazendo uso do poder militar em demonstrações de força, ou seja: impor para convencer, que Raymond Aron chamou de "imposição possível, que não chega a executar" (1:60). Por outro lado, durante a guerra, período em que a estratégia utiliza os meios militares para vencer e conseqüentemente impor, não raro lança mão da diplomacia quando os chefes de Estado trocam declarações, difundem promessas, ameaças ou ainda garantias, para convencer não só seus inimigos, mas também aliados e neutros (1:60).

Especificando a política - Há muitas definições de política, pois esta tem aplicações em vários campos. Pode referir-se às regras de direção dos negócios públicos, à arte de governar os povos, ao conjunto de objetivos que compõem um programa de ação do governo ou ainda aos princípios que regem a estrutura constitucional do Estado, e muitas outras áreas que produzem uma política para dirigir e caracterizar a ação a ser empreendida. Interessa-nos especificar aquela a que Clausewitz referiu-se quando disse ser a guerra um dos seus instrumentos e Raymond Aron, interpretando-o, pertinentemente colocou a diplomacia como o outro meio para a sua execução

Essa política é a que diz respeito ao campo externo, ou seja: a política externa, conduzida por uma ciência denominada: "relações internacionais". Raymond Aron não quis arriscar uma definição taxativa para essa ciência, apre-

sentando-a como "parecendo ser relações entre nações" (1:42). Preferimos considerá-la o fluído onde se desenvolve a política externa do Estado.

Embora sejam exercidas em campos diferentes, as políticas externa e interna influenciam-se mutuamente e devem ser compatíveis. O que mais as diferencia é a natureza selvagem e incerta do condutor da política externa: as relações internacionais. Enquanto no campo interno parte-se do princípio da submissão dos cidadãos à lei, e os poderes constituídos do Estado fazem, impõem e aplicam essa lei, por meio da qual governam, no campo externo as coisas já não se passam tão rigidamente. Na área das relações internacionais o Estado não dispõe do "monopólio da violência" e tem que admitir a "pluralidade dos centros de poder armado" (1:44). Enquanto é dono da situação internamente, na política externa ele busca como objetivo a sobrevivência perante a ameaçadora presença de outros Estados. O progresso da civilização não foi acompanhado pelas relações internacionais, motivo pelo qual Raymond Aron atribuiu-lhes dois condutores: "o estadista e o soldado" (1:43), representando respectivamente a diplomacia e a estratégia, indistintamente usadas para convencer ou impor.

O papel das forças armadas - Torna-se bastante evidente o papel e a necessidade de existência e aprimoramento das forças armadas durante a guerra ou mesmo nas crises. Mas, nos períodos de paz, surgem os contestadores da sua utilidade.

A discussão sobre a validade de possuir forças armadas gira em torno dos gastos para sua manutenção e atualização. Normalmente ocorre em países sem vizinhos poderosos e, com algum tempo, sem participação em guerras como condutores principais. É o caso do Brasil. Sua última guerra como ator principal foi a do Paraguai. Nosso papel nas duas guerras mundiais foi de coadjuvante secundário. Evidentemente que não vamos lamentar um período de paz prolongado, entretanto, esquecem os arautos da inutilidade das forças armadas que a história teria sido diferente se não possuíssemos capacidade estratégica. A manutenção do nosso território intacto foi às custas de uma política externa bem conduzida, apoiada pelos seus dois instrumentos: a diplomacia e a estratégia. Sem a primeira o Brasil teria envolvido-se em guerras desgastantes e perigosas. Sem a segunda nossos diplomatas sequer seriam ouvidos.

Que evidências concretas temos atualmente da existência de modificações nas relações internacionais? Por acaso deixou-se de recorrer às armas como continuação da política? A paz eterna foi prometida ao fim da Segunda Guerra Mundial. Desde seu término já foram travadas mais guerras do que na primeira metade deste século. Recentemente vimos um país vizinho, a Argentina, tentar impor sua vontade pela força das armas ao Reino Unido, julgando-o incapaz militarmente de reagir. O desmoronamento da União Soviética trouxe, em consequência, diversas lutas étnicas, tanto nas ex-repúblicas como nos antigos países satélites. O oriente médio continua sendo um barril de pólvora. Será que os

otimistas, crentes do fim das guerras, teriam acreditado na previsão da guerra do golfo uma semana antes?

Gastou Bouthoul disse que "a mãe da história é a guerra; porque ela é apenas a história dos conflitos armados" (2:10). Falando-se de história, dois atores muito importantes na segunda guerra mundial: Alemanha e o Japão, economicamente fortes e militarmente contidos, fazem parte do arsenal de argumentos dos que acham que as guerras pertencem ao passado. Esses países são citados como exemplos da era pacifista e do abandono das armas pelos homens. Esquecem-se de que é apenas conjuntural. Com o fim da guerra fria e a "nova ordem" ou "desordem internacional", a tendência será ocorrer o previsto na teoria de Paul Kennedy a respeito da relação adequada entre força econômica e poder militar (11:423). O grande desenvolvimento econômico desses países, automaticamente fez com que novamente passassem a ter interesses nacionais fora de suas fronteiras. Em consequência, a médio prazo o seu poder militar tenderá a compatibilizar-se com o econômico, face às necessidades de segurança e manutenção deste último.

Com o término da guerra fria, os Estados Unidos não são mais vistos como aliados por esses países, mas como competidores econômicos, o inverso também ocorre. Será que o Japão, com interesses na Ásia, e a Alemanha na Europa, irão confiar a sua segurança ao rival econômico? Já existem debates a respeito em ambos os países, principalmente no Japão.

Debate também ocorre atualmente no Brasil a respeito

do papel das forças armadas. Há uma corrente de opinião favorável ao seu emprego em atividades estranhas à missão básica dessas forças, principalmente no combate ao narcotráfico e ação policial em grandes cidades. Esse desvio da sua tarefa instrumental, basicamente voltada para a política externa, como assinalou Clausewitz, não é vantajoso. Sem dúvidas o nosso poder militar seria muito enfraquecido para aplicação estratégica pois, a curto prazo, transformar-se-ia em força policial.

Embora Luiz XIV mandasse gravar nos seus canhões de bronze a inscrição: "ULTIMA RATIO REGIS" - "a guerra é o último argumento do rei" - devemos levar em consideração que, quanto mais atraente for a presa e menos eficiente sua defesa, mais rápido esgotar-se-ão os argumentos diplomáticos do seu adversário.

O atual quadro político do mundo obriga todas as nações a pensarem em novos rumos em termos de política-estratégica. O Brasil deve buscar novas concepções para a sua, tendo em vista possíveis mudanças nos objetivos políticos e na estratégia dos outros países, principalmente nos componentes do chamado primeiro mundo. No capítulo final abordaremos este assunto.

## CAPÍTULO 3

### GUERRA ABSOLUTA E GUERRA REAL

A influência de Napoleão - A arte da guerra no século XVIII caracterizava-se muito mais pela manobra do que pelos combates diretos. Os exércitos eram de reduzido tamanho e formados por soldados profissionais. Para ter-se uma idéia, em 1789 o efetivo francês era de 180 mil homens e, após as mudanças proporcionadas pela revolução, atingiu 600 mil em 1812/14 (11:103). Esse acréscimo não foi causado pela conjuntura de uma situação de guerra, mas por profundas alterações em diversos campos.

As despesas com os exércitos profissionais do século XVIII representavam pesados encargos para o Estado, tanto que foram consideradas como a causa imediata da revolução francesa (5:605). Luís XVI não tinha outra alternativa, se não lançar novos impostos para financiar guerras dispendiosas, causando inconformismo na nova classe em ascensão - a burguesia.

Os exércitos eram julgados mais pela aparência do que pela combatividade. A ordem unida era o grande requisito para a guerra, e a obediência a principal virtude do soldado. As batalhas campais eram evitadas, preferindo-se a vantagem tática por meio da manobra (6:13). A disposição de lutar até o último homem era inconcebível para aquelas forças, caras e de difícil reposição. Nenhum general, em sã consciência, ousaria correr o risco de causar um enorme

prejuízo à coroa que o contratara.

Clausewitz, testemunha e participante daquelas batalhas, registrou em sua obra: "os combates estavam por tornar-se uma espécie de álgebra de ação, um ato puramente racional dos governos, isentos de qualquer paixão" (6:74).

As guerras da revolução francesa deram outro rumo às batalhas. Com a execução de Luís XVI, formou-se uma coligação de países composta por Inglaterra, Holanda, Austria, Prússia, Espanha e Sardenha, para invadir a França e restabelecer a monarquia deposta. As forças coligadas pretendiam combater empregando as tradicionais manobras táticas, tal como era usual no século XVIII. Por outro lado, o exército revolucionário francês não era composto por soldados profissionais, mas de homens do povo, embuídos do espírito de nacionalismo, um sentimento até então fraco, apesar de suas origens remotas (5:620). A revolução francesa o transportou para os campos de batalha com surpreendentes resultados. O patriotismo fez com que a França invertesse o curso de uma guerra, considerada perdida pelos padrões tradicionais. Cantando a "Marselhesa", os revolucionários lutavam e morriam fanaticamente pelos "Direitos do Homem", que a nova França lhes assegurava.

Liddel Hart atribuiu essas transformações ao espírito revolucionário dos cidadãos-soldados da França, que substituiu a severa disciplina, antes existente, pela iniciativa individual, dando maior liberdade de manobra às forças (7:138).

Edward M. Burns, muito embora critique esse sentimen-

to, o qual chamou de "nacionalismo chauvinista", e o descreveu como uma força virulenta e avassaladora surgida com a revolução francesa, ressaltou o contraste com a mobilização até ali vigente, mencionando que a Convenção Nacional alistou 800 mil homens, somente em 1793, entre operários, camponeses e burgueses. A história registrava pela primeira vez uma nação colocar-se inteiramente a serviço da guerra (5:621).

Napoleão compreendeu o fenômeno na sua plenitude. Líder carismático, e possuidor de uma oratória empolgante, conseguiu que o ardor revolucionário fosse suplantado pela adoração a sua pessoa, a qual veio somar-se ao talento militar de que era possuidor. Demoliu as tradições castrenses do século XVIII. Seu objetivo era destruir o inimigo. Instituiu um outro tipo de guerra, empreendida por um exército de massas, com o qual a França submeteu a Europa por quase duas décadas.

Clausewitz aprendeu bem as lições de Napoleão quando afirmou: ("a guerra é um ato de violência e não há limite para a manifestação desta violência" (6:75). Associou as transformações na arte da guerra, ocorridas na França, às modificações políticas impostas pela revolução, daí a sua frase: "a guerra é um instrumento da política", que serviu de base para o desenvolvimento do capítulo 1.

O caráter absoluto da guerra - Calcado em Napoleão, o qual ora classifica como "Deus da guerra", ora como "impiedoso", Clausewitz entendeu que o fim natural do ato de

guerra é a destruição do inimigo, conceito que definiu como estritamente filosófico, para ser aplicado por ambos os contendores, o que impediria a suspensão da guerra antes da aniquilação de uma das forças (6:707).

Descrivendo como Bonaparte empreendia a guerra até o esmagamento do inimigo, impiedosamente e sem perda de tempo, Clausewitz definiu o que chamou de guerra absoluta, cuja característica é a luta levada ao extremo, com toda a violência dos combates, sem as negociações e manobras do século XVIII, somente terminando com a vitória completa de um dos lados (6:708).

Em realidade, a guerra absoluta é apenas uma teoria de como as coisas ocorreriam, se não existisse a fricção. Clausewitz chamou de fricção os fatores alheios à vontade do homem, aquilo que não se pode controlar na guerra, como: o desgaste provocado pelos esforços físicos; quaisquer alterações climáticas; e muitas outras que podem ocorrer de modo imponderável no campo de batalha. A fricção transforma tudo aquilo que parece fácil em difícil (6:131), e ela irá alterar o andamento do combate, transformando a guerra absoluta em guerra real.

O conhecimento da fricção é que proporciona a tão propagada experiência de combate. Até mesmo a simples informação da sua existência, sem haver muita intimidade com os detalhes do fenômeno, já concede uma vantagem ao comandante, pois este terá ciência que não haverá precisão no cumprimento de suas ordens. Clausewitz escreveu que viu a guerra real na sua perfeição absoluta com Bonaparte, o que

lhe trouxe a noção da sua essência (6:708).

Objetivos da guerra - "O objetivo da guerra é a derrota do inimigo". Essa é a idéia que Clausewitz chama de fundamental e que é sistematicamente repetida na sua obra. Ora a derrota é caracterizada como "o desarmamento do inimigo" (6:92), ora como "a sua destruição" (6:271). A definição que deu ao objetivo da guerra é coerente com a sua concepção para a própria guerra, ou seja: "um ato de violência para impor a nossa vontade" (6:73). "A nossa vontade" é o objetivo político e o "ato de violência" é o meio, chegamos então à sua fórmula: "guerra como instrumento da política".

Qual o meio a ser empregado para derrotar o inimigo? Essa pergunta tem apenas uma resposta para Clausewitz: "o combate", única opção válida para que o objetivo da guerra seja alcançado. Para assinalar a importância do combate, caracterizou-o como: "a atividade de guerra propriamente dita, todo o resto não faz mais que contribuir para ela" (6:267).

Associando o combate ao objetivo da guerra e descrevendo-o como uma competição sangrenta e destrutiva das forças físicas e morais, cujo vencedor será o que, ao final da carnificina, puder ainda dispor de maior soma de uma e outra força (6:273), Clausewitz caracterizou a essência da guerra absoluta: o combate. Por seu intermédio é que se pode atingir o fim: o esmagamento do inimigo. Considerou como errôneas as conclusões que reputam a destrui-

ção das forças armadas do inimigo como um meio para atingir-se o objetivo da guerra, e não o próprio; chamando-as de retrocesso (século XVIII) à época em que a teoria distanciava-se da prática, em função da deficiência dos seus instrumentos (exércitos dispendiosos) (6:268).

A guerra moderna, afirmou Clausewitz, é caracterizada por grandes batalhas em busca de grandes decisões. Embora não seja a única possível, a grande batalha, por ele denominada, a "batalha principal", trará a decisão capital da guerra. O general que deixar-se levar por espírito humanitário, poderá ser surpreendido pela espada afiada do inimigo (6:309).

Como a essência da guerra é o combate, a batalha principal é o centro de gravidade da guerra; por meio dela o comandante buscará obter o objetivo final. Os demais combates apenas visarão objetivos secundários (6:295).

Esses conceitos trouxeram muitas críticas a Clausewitz, algumas das quais abordaremos a seguir. No entanto, talvez prevendo a sua morte antes mesmo da obra ser terminada, ele antecipou a defesa do seu ponto de vista referente ao objetivo da guerra e ao meio adequado para alcançá-lo. Sua intenção é bem nítida ao observar que aqueles que tentam vencer a guerra, por meio de planos sofisticados, para evitar a luta direta, incorrem no erro de ignorar o fator tempo. Um ataque complexo exigirá mais tempo para a sua montagem do que um simplificado, e o perigo reside na possibilidade do inimigo optar pelo meio mais rápido, tomando a iniciativa do combate e demolindo nossos

planos. Parecendo querer referir-se a Bonaparte, adverte que um oponente decidido e corajoso, não dará tempo para realizarmos manobras geniais, que demandarão um prazo maior para a sua concretização (6:269). Para tornar-se bem claro, comparou a inteligência com a coragem, concluindo que no domínio do perigo (o combate), impera o domínio da coragem (6:270).

O historiador militar britânico B.H. Liddel Hart teceu severas críticas a Clausewitz no que concerne à concepção da guerra absoluta. Responsabilizou-o pela quase destruição da civilização, em função da influência que suas idéias exerceram para o absurdo da guerra ilimitada (7:432). Para Liddel Hart, o objetivo da guerra é assegurar uma paz em melhores condições (7:425). Considera como progresso as manobras executadas no século XVIII e que, após Clausewitz, a arte da guerra regrediu ao sistema tribal, ou seja: "uma revolução ao inverso" (7:428).

Quanto ao aspecto da regressão, Clausewitz faria o mesmo julgamento a respeito de Liddel Hart. Ele assistiu pessoalmente ao desmoronamento daqueles exércitos pré-revolução francesa. Ficaria mais convicto ainda, se testemunhasse as vitórias prussianas em 1866 e 1870, quando Moltke aplicou sua teoria e derrotou com surpreendente rapidez a Áustria e a França, respectivamente, e permitiu a unificação da Alemanha. Em vista daquelas vitórias incontestáveis, os demais exércitos do mundo passaram a copiar o sistema prussiano e a teoria de Clausewitz é discutida até nossos dias.

Objetivos de guerra - Vimos que para Clausewitz o ideal seria que a guerra fosse decidida num grande e decisivo combate, a que chamou de batalha principal, filha da guerra absoluta. Todavia, reconhece que as guerras modernas (início do século XIX) consistem de diversos combates, sucessivos e simultâneos, de maior ou menor envergadura. Desse modo, o seu almejado objetivo, o aniquilamento total do inimigo, ou pelo menos de tal modo que o impeça de continuar combatendo, dificilmente poderá ser obtido em uma única batalha, mas por meio de uma série delas, cada uma com o seu objetivo específico (6:267), a que chamaremos objetivos de guerra. Ligado ao conjunto, esse objetivo acessório dará à batalha um caráter particular, de menor significação, mas pertinente ao objetivo da guerra e abrindo-lhe caminho.

Clausewitz caracteriza os objetivos de guerra relacionando-os às suas duas formas principais: o ataque e a defesa. Ambas consideradas válidas para obter-se a vitória. No combate ofensivo, cita a conquista de um lugar ou de um objeto, tendo logicamente sempre em vista a derrota das forças armadas do inimigo. Na defensiva, elege a manutenção de um lugar ou de um objeto, conservando, porém, como objetivo da guerra, a destruição da força adversária (6:280).

Clausewitz não se prendeu muito à análise desses objetivos, considerando-os do domínio da tática e preferindo ater-se mais ao campo da estratégia. Todavia, deixou bem

clara a orientação a ser seguida na escolha dos objetivos de guerra, tanto em situação defensiva como ofensiva, ao escrever a frase: "Aquilo que é pequeno depende sempre do que é grande, o acessório do importante e o acidental do essencial" (6:726).

Hevia observou que os objetivos de guerra guardam uma dependência recíproca, que os conserva apoiados entre si. Sua consecução colabora para alcançar-se o da guerra, sendo este último representado na sua forma mais perfeita, ao buscar a destruição do exército adversário (8:129).

O problema dos meios - A esta altura do trabalho, o leitor, diante dos conceitos de guerra absoluta, e do domínio da política, estabelecidos nos dois primeiros capítulos, poderá indagar quais as relações de influência entre as forças destinadas a executar a guerra e o elemento político. Em outras palavras: os meios necessários para atingir-se o objetivo da guerra devem ser levados em consideração quando são delineados os objetivos políticos? Para responder a esta pergunta Raymond Aron estabeleceu o que chamou de fórmula dupla: "A guerra atende às intenções políticas; a política deve ater-se aos meios de guerra disponíveis" (1:61). Clausewitz escreveu uma frase muito significativa: "A política deve conhecer o instrumento do qual se vai servir" (6:740). Esta afirmativa elimina uma possível impressão contraditória na fórmula aroniana. Ambos os pensamentos conduzem a uma conclusão lógica e indubitável: os objetivos políticos serão designados levando-

se em consideração os meios disponíveis para alcançá-los.

Nem sempre o objetivo da guerra, conceituado como a destruição do inimigo, no campo absoluto ou abstrato, pode ser atingido na guerra real. Está lida diretamente com o problema dos meios, que a faz afastar-se, em maior ou menor grau, do seu caráter absoluto a que tende pela própria natureza. O puro conceito abstrato da guerra jamais poderia admitir, diz Clausewitz, um confronto bélico entre Estados com poderes militares consideravelmente desequilibrados (6:92). Mas eles existem e são provas de que a guerra pode afastar-se da sua teoria original.

Basicamente, foram os meios que transformaram as guerras contidas e cautelosas do século XVIII na que aproximou-se do caráter absoluto. As alterações de cunho social produzidas pela revolução francesa, fizeram com que passasse a pertencer a toda a nação. Deixou de ser um empreendimento específico da coroa, com recursos do Estado, que o sistema de monarquia absoluta fazia com que, na prática, o fossem do próprio soberano.

Já vimos, no início deste capítulo, as alterações processadas pela revolução francesa no instrumento utilizado para a guerra. A capacidade de mobilização da população, e o seu patriotismo, foram as mais importantes. Daí em diante, até nossos dias, os conflitos passaram a ser um problema da nação como um todo, e cada vez mais, à medida que a revolução industrial também tornou necessária a participação dos não combatentes na produção dirigida para a guerra.

Foi, sem dúvida, o enorme incremento do meio disponível que fez a guerra aproximar-se do seu caráter absoluto. Naturalmente, está sujeita às fricções que a tornam real, mas a distância entre uma e outra reduziu-se bastante. As guerras travadas sempre foram reais, porém a sociedade representou um considerável fator de fricção, desde os povos primitivos. Sendo ela a fornecedora dos meios para a guerra, a intensidade do seu engajamento determinará o caráter do conflito.

A formidável potencialização do meio permitiu ao elemento político a concepção de objetivos mais audaciosos e abrangentes. O inimigo sendo esmagado ou desarmado, a paz proveniente da guerra absoluta pode ser imposta. Somente será negociada quando os meios envolvidos não permitirem, no andamento da guerra, a possibilidade de uma solução rápida. Neste caso, Clausewitz aponta duas situações que fornecem motivos para a paz: "a improbabilidade de êxito e o preço excessivo a pagar" (6:93). São outros meios de utilizar o poder militar visando objetivos limitados, como uma porção de território fracamente defendida, ou um combate inicial sem o prosseguimento para obter a derrota total do inimigo, apenas para abalar a sua confiança no resultado final da guerra, ou convencê-lo de que o preço a pagar será muito alto em relação aos seus objetivos políticos. A intenção negativa, isto é: a postura defensiva, também pode levar o inimigo às mesmas considerações quanto às probabilidades de êxito e desgaste dos seus meios (6:96).

O elemento psicológico - Ao abordarmos as alterações dos meios, já pudemos vislumbrar que na guerra a vontade de combater influencia o seu curso. O resultado do combate não é apenas em função da superioridade material e física, ou ainda decorrente da concepção de manobras inteligentes. As forças morais são um componente muito importante. Clausewitz considera que a arte da guerra aplica-se às forças materiais e psíquicas. Sendo que estas últimas podem preencher o intervalo existente entre a guerra real e a absoluta, por meio de seus atributos: coragem e firmeza; por ele considerados como essenciais às forças empenhadas em combate (6:86).

Raymond Aron escreveu que "a guerra é uma prova de vontades" (1:60). O elemento psicológico embutido no combate pode ser avaliado pela frase famosa: "só é derrotado quem se reconhece como tal".

Clausewitz classifica a invasão da Rússia por Napoleão como uma grande prova de vontades. Em realidade, a única chance de vitória para o imperador francês consistia na desistência da luta pelo czar Alexandre. O ataque à Rússia era um meio para Bonaparte obter um tratado de paz impondo a sua vontade. Mesmo tomando Moscou, não conseguiu abater a determinação e a coragem de Alexandre, perdendo a guerra em consequência. Fato semelhante ocorreu com Hitler e a Inglaterra em 1940. A vontade inglesa foi fator fundamental para que continuassem combatendo, quando tudo parecia indicar já estarem derrotados.

A participação do povo, na concepção da guerra absoluta, pode ser de duas maneiras: sendo requisitado para os exércitos de massa; ou armado para atuar na forma de guerrilha. Em ambos, o elemento psicológico necessita ser favorável. A população tem que acreditar na resistência e estar imbuída de patriotismo. Já vimos o exemplo da revolução francesa, mas há outros muito significativos, contra os próprios franceses. A Rússia é um deles; Jomini disse que apesar de Napoleão tem avaliado corretamente a bravura dos exércitos russos, errou quanto ao valor militar do espírito nacional e a energia do povo russo" (10:37).

Para Gaston Bouthoul a guerra pode aparecer como uma "epidemia mental". Há uma ilusão, afirmou, que ao serem lembrados dos horrores da guerra, os homens irão desistir de recorrer a elas. O elemento psicológico provoca uma grande transformação na sensibilidade, processos do pensamento e no próprio instinto de conservação. Periodicamente, provoca o reaparecimento de antigos ressentimentos entre os povos (2:25). É o que vemos ocorrer atualmente nos países satélites e nas ex-repúblicas soviéticas. Esses povos foram psicologicamente influenciados, através das suas existências, na defesa dos seus ideais étnicos e territoriais. Embora tenham padecido na segunda guerra mundial, não se negam ao recurso da luta. As tristes lembranças foram apagadas pelo elemento psicológico no curso de uma geração.

Liddel Hart, crítico severo de Clausewitz, reconhece que o enfoque dado por este último às forças morais, foi

uma valiosa contribuição para o estudo da guerra (7:427). A vantagem psicológica, escreveu ainda Liddel Hart, pode ser verificada do lado do vencedor na maioria das batalhas decisivas da História (7:198).

Se o elemento psicológico é decisivo para obter-se a vitória, a sua ausência será fatal ao poder militar, e à própria nação, na luta pela sobrevivência e realização dos seus objetivos nacionais. Tendo a guerra tornado-se uma questão da sociedade, as forças morais deixaram de ser assunto exclusivo do poder militar, para pertencerem ao governo, abrangendo toda a nação. Um povo sem determinação, não terá como enfrentar uma luta renhida, por vezes desvantajosa desde o início. A importância do elemento psicológico foi assim descrita por Clausewitz: "no combate, as perdas morais são a causa principal da decisão" (6:273).

Guerra absoluta: interpretação e influência - Clausewitz parecia prever a morte antes que pudesse revisar a sua obra, ou até mesmo de acabar de esboçá-la. Em sua nota de 10 de julho de 1827, quatro anos antes de falecer, descreve o seu trabalho como ainda sendo "uma mistura de idéias informes e expostas a incessantes mal-entendidos" (6:66). Na última anotação encontrada entre seus papéis, já considera como certa a impossibilidade de findar a obra. Pode observar-se que não possuía mais saúde para o empreendimento que iniciara, e esclarece só estar satisfeito com o primeiro capítulo do Livro I, o único que dava por completo. Os demais capítulos e livros (total de oito)

estariam sujeitos à revisões (6:67).

Embora afirme em várias oportunidades, no decorrer dos manuscritos, que suas idéias serviriam de base para a elaboração de uma nova teoria de guerra, ou até mesmo uma revolução desta teoria, é provável que Clausewitz não tivesse sentimento da repercussão de suas idéias; de quantos autores iriam dedicar-se a analisá-lo e interpretá-lo e que, ao final do século XX, todo e qualquer estudo, versando sobre a natureza da guerra, teria obrigatoriamente de referir-se à sua obra, contra ou a favor.

Diante dos fatos expostos, o leitor pode avaliar as inúmeras interpretações a que já esteve sujeita a obra desse verdadeiro filósofo da guerra. Preferimos abordá-las justamente ao final deste capítulo, porque é a concepção da guerra absoluta, que encerra mais elementos sujeitos a interpretações e críticas pelos estudiosos da arte da guerra.

Não consideramos Clausewitz como o inventor da guerra absoluta, que entediado com as batalhas quase que burocráticas do século XVIII, resolveu transformar o combate em uma atividade mais emocionante e sangrenta. Preferimos vê-lo como uma testemunha das transformações ocorridas na arte de combater. Estava presente quando a França revolucionária reagiu contra os melhores exércitos da Europa e derrotou-os. Pouco tempo depois sentiu na própria pele, quando Napoleão, à frente de um exército formado pelo povo francês embuído de patriotismo, esmagou o poder militar da sua Prússia. Identificou tanto o objetivo da guerra, na

derrota do seu exército, como o elemento psicológico que permitiu a transformação de camponeses, operários e burgueses no poder militar com que a França submeteu a Europa. Associou tudo isso à forma de combater de um exército menos dispendioso, e que lutava por um ideal, atacando decididamente o oponente para destruí-lo e impor a vontade de Bonaparte. Posteriormente, viu todos esses elementos voltarem-se contra a própria França. O povo psicologicamente influenciado, na Espanha e Rússia inicialmente, e posteriormente nos demais países europeus, contribuiu para a derrocada de Napoleão.

Como método de transmissão para a posteridade, optou por apresentar aquelas mudanças em termos de teoria, fruto de sua meditação e experiência, que na forma perfeita e abstrata, chamou de guerra absoluta, mas advertiu que o imponderável jamais permitiria a perfeição, e a transformaria em guerra real.

Os escritos de Clausewitz deram a impressão, em muitos dos seus intérpretes, que ele sentia uma espécie de fascínio pela guerra levada ao extremo, pregador da carnificina generalizada, adepto ferrenho do derramamento de sangue. Ao tratarmos dos problemas relativos aos meios, vimos que a duração da guerra é um fator importante e normalmente decisivo. Clausewitz invoca a guerra absoluta, na nossa opinião, para decidir o conflito o mais breve possível, se os meios o permitirem, buscando a decisão na batalha principal. Algo como pagar o preço de sangue à vista, em vez de a prazo. Jamais propalou a imprevidência ou a carnifi-

cina inútil e irresponsável. Deixou isso muito bem claro quando disse: "é um grande erro pensar que um ataque impensado triunfaria sempre sobre a habilidade prudente; o ataque inábil levaria à destruição das nossas próprias forças" (6:100).

As vitórias prussianas em 1866 e 1870, sobre as poderosas Austria e França, respectivamente, unificando a Alemanha e transformando-a na maior potência militar da Europa, foram decorrentes dos ensinamentos de Clausewitz. A partir daí, os demais exércitos do mundo passaram a adotar os padrões e doutrina do exército da Prússia. Nessa ocasião, a influência de Clausewitz atingiu o apogeu. Sua teoria foi comprovada na prática. Mas, se observarmos, foram guerras rápidas, por isso mesmo com aspectos de absolutas, com a decisão sendo buscada logo, por quem tinha meios para obter o fim desejado. Os críticos de Clausewitz não se prendem muito a essas guerras. Liddel Hart atribue as derrotas da França e da Austria ao menor efetivo e treinamento inferior de seus exércitos (7:191).

A primeira guerra mundial tem servido como base para a argumentação anti-clausewitziniana. Liddel Hart responsabilizou-o pelo caráter sangrento daquele conflito e até pela sua própria deflagração, devido à teoria da guerra absoluta (7:432). Preferimos concordar com Raymond Aron, quando observou que a estabilidade das frentes, na primeira guerra mundial, demonstrava claramente que a política deveria ter reassumido seu papel, e evitado que o conflito degenerasse para a violência desenfreada (1:61). O que

ocorreu foi a substituição dos objetivos políticos pelos militares. Já citamos o fato de Ludendorff tornar-se o ditador militar da Alemanha. Do lado dos aliados procurava-se a todo custo obter uma paz incondicional. Ora, esses procedimentos são exatamente os condenados por Clausewitz. Não havia mais um partido com superioridade que permitisse moldar a realidade pelo abstrato. A política deveria ter desempenhado o seu papel, conduzindo a estratégia para obter uma paz negociada. Ao perseguirem obstinadamente a objetivos militares, preteriram a visão política, deixando-se levar pelos ressentimentos, e buscando a destruição do adversário a qualquer preço. Não foi isso o preconizado por Clausewitz.

A segunda guerra mundial apresentou uma característica nova: a guerra total. Essa é a noção de guerra no século XX. Para Clausewitz, bastava uma vitória rápida para impedir, principalmente, uma nova mobilização do inimigo e impor a paz segundo os termos do vencedor (6:46). Entretanto, no nosso século, além da mobilização popular para as forças armadas, há também a mobilização industrial. Conseqüentemente, a guerra não está mais limitada ao campo de batalha, local destinado aos combates nos séculos anteriores. A guerra total alastrou o genocídio para as cidades, e o campo de batalha não tem mais limites.

Seria a guerra total primogênita da guerra absoluta? A teoria de Clausewitz inspirou os americanos a lançar as bombas atômicas nas cidades japoneses para apressar o término da guerra? De certo modo guardam uma correlação. A

transformação social mobilizou o povo para as forças armadas, o progresso industrial e tecnológico mobilizou as cidades do país para a guerra, em consequência, têm que ser destruídas também. Clausewitz simplesmente detectou a primeira com total acerto e, quando abordou o problema do uso ilimitado da força, sem possibilidades de introduzir-se um princípio moderador na filosofia da guerra (6:74), previu a segunda. Exatamente por saberem desse princípio, as super-potências não desencadearam uma guerra entre si. Jamais iriam limitar-se ao armamento convencional. Assim, como não culpamos Clausewitz pelas duas guerras mundiais, e pelo progresso industrial e tecnológico, também não lhe imputamos o mérito de ter evitado, até agora, uma guerra nuclear. Mas reconhecemos nele o profeta da guerra moderna.

Ao interpretar e analisar as influências de Clausewitz na arte da guerra, deve-se levar em conta um fator que consideramos básico, a Prússia, sua pátria, era um país que só dispunha de poder militar terrestre e, como tal, a essência da sua teoria era totalmente fundamentada em meios terrestres. Nem mesmo quando mencionou a sublevação espanhola, durante a ocupação francesa, foi capaz de identificar o efeito estratégico do poder naval inglês, com sua capacidade de desembarcar tropas, concorrendo decisivamente para a pulverização dos meios franceses na defesa do litoral espanhol, o que permitiu a atuação das guerrilhas. Também não levou em consideração que Napoleão invadiu a Rússia para castigar o czar Alexandre, que comercia-

va via marítima com a Inglaterra. A inferioridade do poder naval francês, levou-o a uma decisão terrestre que lhe foi fatal, iniciando a sua decadência e sendo definitivamente derrotado ao fim de mais três anos.

Jomini, apesar de suíço, prestou seus serviços a Napoleão, podendo assim descortinar melhor os aspectos do poder naval, pois a França não estava alheia à Marinha, como a Prússia. Sua compreensão para o problema foi notável. Naturalmente deve ter tirado a lição por causa do fracassado "bloqueio continental" de Napoleão. É sua a frase: "a nação que é senhora dos mares não precisa desejar mais nada" (10:36). Sua concepção para as operações anfíbias indica uma visão profunda do problema (10:123). O almirante Mahan estudou as obras de Jomini e achou-as pertinentes para estabelecer conceitos guias de estratégia naval (10:36). Acreditamos que essa lacuna levou Clausewitz a exercer uma influência prejudicial às concepções estratégicas da Alemanha. Após a reunificação, a visão eminentemente terrestre, que inspirara os prussianos, levou a Alemanha a ser uma potência restrita ao cenário europeu e derrotada em duas grandes guerras.

O leitor talvez deduza, nesta altura do trabalho, que procuramos reduzir a influência de Clausewitz no século XX. Entretanto, não é a essa conclusão que pretendemos chegar. Apenas não concordamos com Liddel Hart quando o acusa de quase ter destruído a civilização na primeira guerra mundial com suas idéias. Não negamos, todavia, influências de sua teoria naquele conflito, em ambos os par-

tidos. Paradoxalmente, mais aos franceses do que aos alemães. Porém, ambos os lados não souberam, ou não puderam, atentar para as suas previsões, feitas cem anos antes, do sangue a ser pago pela vitória absoluta, pois perseguiram-na obstinadamente sem possibilidades de obtê-la, e do primado da política na condução da guerra.

As idéias de Clausewitz têm validade até nossos dias e estrategicamente aplicáveis ao Brasil, assunto que abordaremos no último capítulo. Mas, para dar um fecho neste, adiantaremos três concepções suas que julgamos fundamentais para um conceito político - estratégico nacional. A primeira delas diz respeito à participação do povo na guerra, tanto nas forças singulares como em uma reação nacional contra uma intervenção estrangeira. A segunda é o elemento psicológico, que induz uma nação a defender seu território obstinadamente, seja qual for a ameaça; e a terceira concepção é sobre a postura defensiva, com o objetivo de desgastar os meios do atacante e levá-lo a negociar a paz.

## CAPITULO 4

### OBJETIVOS POLÍTICOS DA GUERRA

A ética e o poder - Martin Wight definiu o cenário internacional como uma anarquia, onde existe uma série de estados soberanos, sem um governo central. Acrescentou ainda que essa ausência do poder mundial é a causa fundamental da guerra (18:82).

Já vimos anteriormente, ao abordarmos os aspectos complementares da diplomacia e da estratégia, a diferença básica entre a política exterior e a interior. Wight caracterizou muito bem essa dissimilitude, ao recorrer à palavra anarquia para definir o contexto das nações. Na política internacional prevalece a lei do mais forte, razão pela qual é também chamada de "política do poder" (18:83).

Na opinião de John G. Stoessinger, os países não têm a busca da ampliação do seu poder como objetivo único. Ele considera que as nações possuem dois tipos de metas em suas relações internacionais: competitivas e absolutas. A luta pelo poder é meta competitiva e a busca da paz e da ordem é a absoluta (15:51). A meta absoluta contém os valores éticos das relações internacionais.

Podemos então, facilmente concluir, que a natureza da política exterior das nações é dicotômica, e oscila entre a ética e o poder. Ambos foram representados por Stoessinger por dois círculos concêntricos. No caso das nações mais fortes, o círculo maior representa o poder, o que

lhes permite agir de forma coerente com os princípios éticos, quando assim o entenderem. Para os países menos poderosos, o círculo maior corresponde às forças éticas. Uma nação pode aumentar o seu poder, por meio de um comportamento moral, ou perdê-lo devido a procedimentos imorais. Isto faz com que, por vezes, uma nação poderosa represente a ética pelo círculo maior (15:50).

Assim sendo, o poder tanto pode incluir a ética, como ser por esta incluído, ou seja: são inseparáveis. Cabe ao estadista orientar o diplomata a percorrer os caminhos interdependentes entre ambos. Michael Howard alerta para a necessidade da ação política manter um equilíbrio entre os valores éticos, e a capacidade de impor medidas coercitivas. Se considerar apenas os valores éticos, estará abdicando da responsabilidade de influir no curso dos acontecimentos. Por outro lado, se lançar mão do poder de coerção apenas, ignorando completamente os valores éticos, estará igualando-se aos gângsteres (9:62).

Podemos, desse modo, concluir que os valores éticos devem estar presentes na formulação dos objetivos políticos da guerra, pois ninguém deseja ser acusado de promover uma guerra injusta. Entretanto, esses valores sempre representarão, de forma rígida, as verdadeiras intenções dos governos? Poderiam ser um fim para justificar os meios? Vamos analisar esses fatos a seguir.

Os fins justificando os meios - Nicolau Maquiavel aconselhou a "aparência da religião" aos governantes, por-

que, de modo geral, os homens julgam mais com os olhos do que com o tato: "todos podem ver, mas poucos são capazes de sentir". Com esse aforismo, Maquiavel quis demonstrar que na conduta dos homens, principalmente dos governos, os fins justificam os meios. Para que o governante não tivesse dúvidas do que se tratava, ele completou seu pensamento: "se um príncipe pretende conquistar e manter um Estado, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo se deixa sempre levar pelas aparências e os resultados" (12:77).

A "aparência da religião" era um valor ético inerente ao início do século XVI, época em que Maquiavel escreveu o pensamento. Esses valores são modificados ao longo do tempo, conforme as forças morais dos homens alterem suas áreas de sensibilidade a serem acionadas.

A mutabilidade ética proporcionou a existência de várias teorias a respeito das causas da guerra, as quais abrangem todos os campos da atividade e da psique dos homens. Para caracterizar a natureza instável da guerra, Clausewitz usou a seguinte expressão: "tem a sua própria linguagem, mas não a sua própria lógica". Bernard Brodie interpretou-a com muita propriedade, ao entender, como linguagem, os meios e métodos da condução da guerra; e a lógica, como o fim a ser atingido por esta (4:1).

Muitos americanos, até recentemente, não entendiam como os Estados Unidos aliaram-se à União Soviética na segunda guerra mundial. Porém, os valores éticos relativos à União Soviética, até recentemente, eram diferentes em

1941, principalmente por causa da Alemanha, embora Hitler e Stalin não diferissem muito em seus métodos de ação. Circunstancialmente, poderia ocorrer o inverso.

Com a extinção do mercenário, característico do século XVIII, atualmente está consagrado o método da conscrição, consolidando-se a figura do cidadão-soldado. Toda a nação é mobilizada para a guerra e quer saber porque seus filhos vão morrer e matar. Excluída a hipótese de ter o país invadido, quando o povo luta em seu próprio território para defender-se de uma agressão, é fundamental que os objetivos políticos sejam formulados com base em valores éticos, para que o Estado tenha sucesso na mobilização da população para combater em território estrangeiro. Northedge aponta uma série de fatores, que implicam em restrições internas ao uso das forças armadas pelo Estado. Leva em conta, principalmente, a opinião pública, como limitadora do seu emprego pelo Estado contemporâneo (14:144).

A questão da intervenção - Martin Wight define intervenção como uma interferência pela força, sem declaração formal de guerra, feita por uma ou mais nações, nos assuntos internos de outra (18:153).

A intervenção mais comum é de grandes potências contra mais fracas. Normalmente, o Estado mais forte assume o papel de polícia internacional. Esse tipo de intervenção tem sido executado pelos Estados Unidos em relação à América Latina que, embora quase sempre o seja para defender interesses econômicos, é apresentado com o rótulo ético de

combater maus governos, rebelião civil ou ditaduras (18:156).

De uma maneira geral, podemos distinguir dois motivos básicos para uma potência forte empreender uma intervenção: preservação do equilíbrio do poder ou do seu desequilíbrio. Este último, é mais comum quando conduzido contra Estados-clientes (18:155).

A questão da intervenção tem provocado muitas controvérsias na esfera das relações internacionais, causando conflitos éticos. Três temas atuais geram argumentos em favor do intervencionismo: o meio-ambiente; os direitos humanos; e o narcotráfico. Estabeleceu-se uma dialética entre o valor ético dessas intervenções, e a soberania nacional dos países visados.

O tema direitos humanos já existe, filosoficamente, desde o século XVII, mas só em 1975 surgiu na pauta das relações internacionais.

A questão do tráfico de drogas gerou, recentemente, a intervenção americana no Panamá, e a atuação de assessores militares seus na Bolívia, cuja população não vê com bons olhos.

O meio-ambiente ocupa, atualmente, o principal lugar nos debates internacionais no âmbito da ONU. Há duas regiões no planeta mais citadas e discutidas: a Europa oriental, cujos problemas ecológicos foram recentemente trazidos à tona, mas que não têm despertado o tema intervenção como solução; e a região amazônica, sistematicamente mencionada pelas potências ocidentais, que se dizem

preocupadas com os desmatamentos e queimadas na sua floresta, com a questão da intervenção sendo cogitada.

Não é de hoje que a região amazônica desperta o interesse das grandes potências. Os valores éticos, meio-ambiente e direitos humanos da sua população indígena, são colocados, atualmente, em nível de problema do planeta como um todo. Estranhamente, essas preocupações não têm a mesma intensidade em relação a outras regiões do mundo, menos favorecidas em potencial econômico, mas apresentando esses mesmos problemas em grau muito mais elevado.

As intervenções também podem ser empreendidas por uma força internacional, patrocinada pelas Nações Unidas. Nesse caso, os valores éticos atingem o seu maior poder de argumentação, melhor camuflando possíveis aparências de objetivos políticos com meta de poder.

## CAPÍTULO 5

### EM BUSCA DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

A conjuntura internacional - Uma análise da atual conjuntura internacional, permitiria ao autor realizar uma longa exposição de fatos ameaçadores, contraditórios, lamentáveis e até portadores de esperança para a humanidade. Subitamente, passamos a vivenciar acontecimentos verdadeiramente revolucionários, dignos de uma mudança de século, tornando indispensável que se tenha uma visão panorâmica dos acontecimentos que se desenrolaram, após o fim da chamada guerra fria e o desmoronamento da União Soviética, para nos permitir delinear algumas contribuições para um conceito político-estratégico nacional.

Fala-se de uma "nova ordem internacional" com o fim da guerra fria. No entanto, a aparência mais real é de uma "desordem internacional", se não vejamos: a única superpotência restante está endividada; a segunda potência econômica, o Japão, começa a aparentar uma crise econômica; a Rússia, herdeira do espólio soviético, vê-se a braços com problemas econômicos, deixando uma incerteza grande quanto ao papel que pretende assumir para si mesma; o hemisfério sul é dominado por problemas como explosão demográfica, fome e uma crise econômica jamais vista; diversas etnias em conflito disputam o Cáucaso, ameaçando desencadear uma guerra internacional com o envolvimento do Irã, Turquia e Rússia; o avanço da doutrina do Islã, por todo o mundo

árabe, preocupa a Europa, onde trabalham milhões de emigrantes árabes; o rearmamento do Japão; a crise econômica na Alemanha em consequência da união com a antiga República Democrática Alemã; previsões de esgotamento de diversos recursos naturais estratégicos, em âmbito regional, para alguns países importantes; um bilhão de seres humanos serão acrescentados à população mundial nos próximos dez anos, com estimativas para dobrar o número de habitantes do planeta, ainda no início do século XXI; a "política de sede" em grandes áreas do Oriente Médio, com sérios problemas de falta d'água nos diversos países daquela região, poderá causar um conflito de grandes proporções após 1995. Daria para continuarmos citando fatos suscetíveis de causar preocupação ou perplexidade, porém, cremos que essa amostra basta para colocar-se em dúvida a também chamada: "era do pacifismo".

Algumas questões atuais devem, entretanto, ser analisadas um pouco mais de perto, porque dizem respeito diretamente ao Brasil. A primeira delas refere-se ao que chamaremos de "orfandade do Brasil" após a distensão leste-oeste. Apesar de não integrarmos a OTAN, éramos muito mais próximos daquela organização do que do Pacto de Varsóvia. Embora não se cogitasse de nossa intervenção militar, em caso de conflito no continente europeu, certamente nos envolveríamos, caso se alastrasse para o Atlântico Sul, como aliados do bloco ocidental. Por isso víamos os países da OTAN, principalmente os Estados Unidos, como aliados, e incapazes de qualquer ato hostil contra nosso país. Em

vista disso, nunca nos preocupamos muito com questões estratégicas relativas à defesa. Os graves problemas sociais tinham sua prioridade, e os gastos com as forças armadas julgados supérfluos. Afinal, era remota uma ameaça de agressão por parte de nossos vizinhos, e não nos cabia adquirir poder militar para enfrentar o Pacto de Varsóvia. A bem da verdade, neste século XX, nunca nos preocupamos muito a sério com questões de defesa. Não cogitamos de conquistas imperialistas, nem temos vizinhos com capacidade para tal, o resto era com a "Doutrina Monroe".

A nova ordem internacional deixou o Brasil entregue à própria sorte. Somos agora uma nação que enfrenta, por conta própria, idéias de um "governo do mundo" para questões relacionadas com violação de direitos humanos, venda de armas, destruição do meio ambiente e proliferação nuclear. Aumentam as pressões das grandes potências, visando a realização de reformas no Conselho de Segurança da ONU, para inserir nas relações internacionais o conceito do "direito de ingerência", que consagra intervenções em casos graves de destruição do meio ambiente, entre outros. Já vimos, no capítulo anterior, que esses cuidados voltam-se somente para regiões economicamente estratégicas do terceiro mundo. Para os do primeiro mundo, não se aplicam essas preocupações, pois podem causar desemprego. Eis os modernos valores éticos, viabilizadores de uma nova modalidade de colonialismo: a preservação do desequilíbrio. Para tanto, a opinião pública mundial vem sendo sistematicamente preparada.

A ética também está presente no perigo da proliferação nuclear. Somente os países desenvolvidos podem deter tecnologia no setor nuclear. É evidente que este apelo moral encontra plena ressonância na opinião pública daqueles países.

Ficamos, desse modo, limitados no desenvolvimento tecnológico e no econômico, reservando imensas áreas do nosso território para campos de caça dos índios, e até inibidos de construir a estrada de ferro que nos permitiria embarcar grão de soja para o Japão em porto do Pacífico. Essa possibilidade de competir economicamente com as exportações americanas é estancada pelo valor ético - preservação do meio ambiente.

Devemos refletir sobre o que foi dito na conferência realizada em junho de 1992, na Escola de Guerra Naval, por ocasião do simpósio: "As Forças Armadas Nacionais em Tempo de Paz"; o Vice-Almirante (RRm) Armando Amorim Ferreira Vidigal proferiu as seguintes palavras: "a posse de imensas reservas florestais passou a ser uma vulnerabilidade estratégica, pois, em nome da ecologia, amanhã poderemos ser vítimas de agressão para que as florestas sejam preservadas em nome da humanidade". Concluiu ainda, com muito acerto, que o planejamento estratégico brasileiro não pode fugir dessa realidade.

Em busca de uma estratégia - Raymond Aron inferiu que a existência das armas nucleares não alterou a natureza da diplomacia estratégica (1:587). Se não houve mudanças nes-

sa esfera das relações internacionais, então elas permanecem ainda naquele estágio selvagem e primitivo, onde impera a lei do mais forte, como vimos anteriormente. Dentro desse contexto, e diante da "nova ordem", que política-estratégica deve o Brasil adotar? Como atravessaremos essa era de incertezas, mantendo a soberania e o atual território incólumes, sem dispor ainda de um poder militar adequado? A nossa resposta é: estratégia de sobrevivência; com um crescente e responsável aumento do nosso poder dissuasório.

V.V. Sveics traçou uma estratégia de sobrevivência para nações consideradas pequenas, pelo seu território, quando invadidas por potências militares. Diz Sveics que, não sendo possível o enfrentamento militar, o pequeno território será facilmente ocupado. No entanto, a luta não estará terminada, a invasão consumada e o país dominado, sem que o agressor obtenha o controle político da população. Enquanto o governo do pequeno país mantiver o que ele chamou de "resistência política", o invasor não terá vencido (17:97). Por outro lado, a história nos mostra as dificuldades inerentes à ocupação de uma nação com território extenso. Napoleão e Hitler foram derrotados em tentativas idênticas. Nem mesmo uma moderna superpotência consegue dominar todo um território como o brasileiro, se o povo não o quiser deixar.

Vamos agora utilizar as concepções de Clausewitz que vimos no capítulo 3. Em primeiro lugar desponta o elemento psicológico, o valor das forças morais é decisivo. Temos

vários exemplos de povos que não se deixaram dominar por exércitos invasores. Os russos, duas vezes, deram o exemplo mais adaptável ao Brasil. O vasto território obstaculiza o domínio político do povo, pois o governo do país invadido pode manter-se intato e conduzir a resistência. Mas é imprescindível a determinação e o patriotismo do povo. Acrescente-se ainda, o orgulho de ser independente e não ceder parte do seu território. Para tanto, o culto aos símbolos nacionais e o amor ao solo e à própria história são fundamentais. São essas forças morais que impelirão a população a reagir contra a presença militar alienígena. A guerra popular, considerou Clausewitz, é um simples meio de combate, um esforço e uma extensão de toda esta fermentação que chamamos de guerra. No entanto, as forças populares não estão à nossa disposição, somente o elemento moral vai permitir a sua existência e o seu emprego (6:577).

O segundo ensinamento de Clausewitz, pertinente à nossa estratégia de sobrevivência, é o cidadão-soldado: o exército de massa recrutado na população. Alguns ilustres estrategistas brasileiros da atualidade, impressionados com o desastre dos argentinos na campanha das Malvinas, onde conscritos defrontaram-se com uma força de profissionais britânicos composta de fuzileiros navais e paraquedistas, concluíram que os conscritos são de pouco valor e inclinam-se para uma diminuição de efetivos e profissionalização do nosso Exército. Somos de opinião que o exemplo e o modelo não nos servem, diante da ameaça que se torna perceptível neste final de século. Profissionais são in-

dispensáveis para operações de caráter complexo e difícil, como as anfíbias, aeroterrestres e algumas outras de menor porte, caracterizadas como especiais ou de comando. Mas não temos como objetivo político o ataque ou defesa de uma ilha isolada no Atlântico, e sim uma vasta porção do nosso território, e dependendo da situação, talvez todo ele. Assim sendo, jamais conseguiremos, nas atuais condições econômicas do país, um Exército profissionalizado que possa contrapor-se a essa ameaça. Se restringirmos o seu tamanho, para permitir a profissionalização, estaremos incorrendo em dois erros a curto prazo: redução de efetivo e aumento de despesa; e um terceiro a médio prazo: achatamento da nossa reserva de combatentes com treinamento militar. Clausewitz diria que estaríamos retornando ao século XVIII, pois ele observou, há aproximadamente 180 anos atrás, que a conscrição universal, e o emprego de milícias, são coisas que atendem ao mesmo fim; e a nação que souber utilizá-los, alcançará uma superioridade sobre as demais que não os levarem em conta (6:577). Quanto ao argumento da tecnologia da guerra moderna, incompatível com os conscritos, não cremos que seja decisiva na guerra em ambiente de selvas. No caso vertente, os exemplos do Vietnã são muito mais pertinentes ao Brasil do que as Malvinas.

Não somos absolutamente contrários a que tenhamos forças profissionalizadas, todavia, como já nos referimos antes, restritas a tarefas especiais e que exigem preparo mais intenso e aptidão técnica. Essas forças serão de

grande utilidade na postura defensiva, que não deve limitar-se apenas a atividades guerrilheiras. Contribuirão, e muito, para o desgaste das forças de intervenção, principalmente se tiverem o seu adestramento voltado para o ambiente ribeirinho da amazônia. Mas não tenhamos dúvidas: a participação do homem da região, acostumado a viver naquele meio-ambiente hostil, é de importância capital para superarmos os valores éticos dos objetivos políticos, que serão alegados pelas forças interventoras perante suas próprias populações.

Praticamente, todas as hipóteses de intervenção na região amazônica, têm o mar como principal via de acesso. A participação dos poderes naval e aéreo são muito importantes. No caso específico da Marinha, destacam-se os submarinos com propulsão nuclear. Além de constituírem-se em formidável arma, caso seja necessário empregá-los, têm poder dissuasório, pois demonstram o empenho de uma nação na defesa de sua soberania. Quando procurou mostrar o valor da defesa estratégica, Clausewitz transmitiu toda a experiência por ele vivida na Prússia ameaçada por Napoleão. Diz com uma impressionante visão filosófica: "que todo conquistador é amigo da paz; ele sempre deseja entrar no nosso Estado sem oposição" (6:444).

Estados desarmados ou despreparados para a sua defesa, têm sido sempre as grandes vítimas da história da humanidade. Não vamos dar exemplos, porque estão em diversas páginas da história, no presente e, infelizmente, continuarão a ocorrer no futuro, com toda a certeza. Apesar do

clima de paz prometido pelo Congresso de Viena, realizado para estabelecer uma "nova ordem" na Europa pós-napoleônica, Clausewitz não se iludiu, e deixou uma mensagem que consideramos adequada ao Brasil de hoje: "É justamente o campo mais fraco que tem que se defender, e estar sempre armado para não ser surpreendido. Assim o quer a arte da guerra" (6:444).

Em busca de uma moral - É no campo relativo ao domínio psíquico que devemos iniciar a nossa estratégia de sobrevivência. Sem a conscientização do nosso povo para a atual conjuntura mundial, e das reais ameaças que rapidamente vão se desenhando contra nosso país, será muito difícil, diríamos até impossível, atingirmos as condições necessárias à dissuasão ou, se necessário, à defesa, contra uma intervenção amparada em valores éticos, empreendida na amazônia brasileira por forças alienígenas, muito provavelmente, um nome da sobrevivência da humanidade.

Pelas nossas dimensões, não somos uma nação que se possa conquistá-la como um todo. Em consequência, não é difícil mantermos o controle político sobre a população da área invadida. Uma intervenção no Brasil, pode assumir as mesmas características das ocorridas na Rússia. Clausewitz, analisando a tentativa de Napoleão, concluiu que um Estado de grandes proporções territoriais, só pode ser submetido pelas suas próprias fraquezas e pelos efeitos de desentendimentos internos, que permitam atingir pontos vulneráveis da sua estrutura política, abalando-o no seu

centro vital (6:764). Não é necessário refletir com profundidade sobre esse pensamento, para concluir-se que estamos acumulando os fatores de fraqueza com assustadora rapidez. Até uma abominável idéia separatista já surgiu na região sul do país, podendo tomar vulto e alastrar-se para outras áreas.

Faz-se mister conscientizar a nação brasileira que a cobiça, os interesses internacionais e as guerras não terminaram, e que também não são catástrofes que só acontecem aos outros. O real perigo deve ser tornado público, para que os interesses nacionais sejam colocados acima dos particulares, e as nossas instituições adquiram a indispensável credibilidade, visando o desenvolvimento de um esforço unido e gigantesco, digno das nossas dimensões, para deixarmos de ser uma presa fácil. Somente após este estado de espírito e determinação, ter impregnado as nossas mentes, é que realmente poderemos dar início à desejada arrancada, rumo ao desenvolvimento econômico, e ao proporcional poder militar.

Nenhum ser humano, em sã consciência, desenvolve esforços ou sacrifica a vida, pelo que ou por quem não acredita ser digno. Por esta razão, os objetivos políticos da guerra necessitam assumir valores éticos e os fins têm de justificar os meios. Somente assim poderemos dispor dos nossos cidadãos-soldados, para a defesa da soberania nacional assumir o caráter da guerra absoluta.

A busca da nossa estratégia deve ser antecedida pela busca de uma moral.

## BIBLIOGRAFIA



1. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
2. BOUTHOU, Gaston. O fenômeno guerra. Lisboa, Estudos Cor, 1966.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A - Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.
4. BRODIE, Bernard. War and politics. New York, The Macmillan Company, 1973.
5. BURNS, Edward McNall. História da civilização ocidental. 21. ed. Porto Alegre, Globo, 1978. v.2.
6. CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
7. HART, B. H. Liddell. As grandes guerras da história. 2. Ed. São Paulo, IBRASA, 1967.
8. HEVIA, Luis Cano. Introducción al estudio de la guerra. Madrid, Nacional, 1964.
9. HOWARD, Michael. The causes of wars. 2. ed. London, The Camelot Press, 1983.
10. JOMINI, Antoine Henri. A arte da guerra. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.
11. KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. 5. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
12. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
13. MYERS, Robert J. Ética em questões internacionais. Diálogo, Rio de Janeiro, 24(3):3-6, Jul/Set. 1991.
14. NORTHEGE, F.S. El uso de la fuerza en las relaciones internacionales. Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1978.
15. STOESSINGER, John G. O poder das nações. São Paulo, Cultrix, 1978.
16. STONE, Julius. Em busca da sobrevivência. São Paulo, Fundo de Cultura, 1964.

17. SVEICS, V.V. Small nation Lurvival. New York, Ex-  
position, 1970.
18. WIGHT, Martin. A política do poder. Brasília, Uni-  
versidade de Brasília, 1985.



Prisco, Fernando Afonso Wander  
ley

AUTOR

A essencia da guerra

TITULO

6-E-13

DEVOLVER NOME LEIT. (3465/93)

11 NOV 1993 cc BERTO Bo

05 MAI 1994 cc Mendes (CASCARDIO 2/65088)

07 JUN 1994

CMG(REN) GRUMBACH

CLAUDIO PEP. SILVA

CMG ALOYSIO

20/03/04 CMG Gndim Junior